

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA
01.578.554/0001-33

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

1º Semestre de 2019

INFORMAÇÕES INICIAIS - Versão 2019.1

**RGF
SEMESTRAL**

Para municípios com MENOS de 50.000 habitantes, conforme ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2017, divulgada pelo IBGE (D.O.U. em 30/08/2017)

DADOS DO GESTOR

Nome do Gestor	JOSÉ DE RIBAMAR SILVA SANTOS
Período de Mandato	2017-2020
CPF	075.134.883-04
Contador	MARIA ESPIRITO SANTOS NASCIMENTO
Inscrição no CRC	MA-008561/O-0

DADOS DO RELATÓRIO

Meio de Publicação	MURAL DA PREFEITURA, CAMARA MUNICIPAL
Data da Publicação (Art. 55 da LRF)	31/07/2019
Data de Encaminhamento ao TCE (Art. 53 da Lei 8.258)	31/07/2019

DADOS CADASTRAIS

Endereço Eletrônico do Portal da Transparência (Lei 131/2009)	www.transparencia.governadorluzirocha.ma.gov.br/
Endereço da sede da Prefeitura Municipal:	PRAÇA JOÃO GONÇALVES, S/N \ CENTRO \ GOVERNADOR LUIZ ROCHA - MA \ CEP: 65795000
Telefones, Fax, Celulares:	
Site e/ou email de contato:	http://governadorluzirocha.ma.gov.br/

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 1.1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Modelo para Demonstrativo da Despesa com Pessoal detalhada mensalente

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 1º Semestre de 2019
 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	<MR- 11>	<MR- 10>	<MR- 9>	<MR- 8>	<MR- 7>	<MR- 6>	<MR- 5>	<MR- 4>	<MR- 3>	<MR- 2>	<MR- 1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	626.112,33	54.137,83	770.113,37	1.277.449,42	873.311,66	496.857,57	2.016.161,56	793.627,02	791.321,03	658.800,54	1.047.806,92	87.822,39	9.545.367,00	0,00
Pessoal Ativo	626.112,33	54.137,83	770.113,37	1.277.449,42	873.311,66	496.857,57	2.016.161,56	793.627,02	791.321,03	658.800,54	1.047.806,92	87.822,39	9.493.521,64	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis													0,00	
Obrigações Patronais	626.112,33	53.101,98	769.171,83	1.276.126,37	873.311,66	496.857,57	2.016.161,56	793.627,02	791.321,03	658.800,54	1.047.806,92	87.822,39	9.490.221,20	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	1.035,85	941,54	1.323,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,44	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.845,36	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas													0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.821,22	0,00	0,00	24.821,22	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.024,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.024,14	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.054,46	53.369,72	64.542,76	43.767,77	60.971,31	86.420,70	92.666,42	49.282,80	84.428,71	53.482,44	74.724,06	81.867,64	777.578,79	0,00
Decisão PL TCE nº 15/2004													0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial	31.586,72	53.101,98	64.542,76	43.500,03	60.703,57	86.420,70	92.666,42	49.282,80	84.428,71	51.979,16	74.724,06	81.867,64	774.804,55	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores													0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	467,74	267,74	267,74	267,74	267,74					1.503,28			2.774,24	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	594.057,87	768,11	705.570,61	1.233.681,65	812.340,35	410.436,87	1.923.495,14	744.344,22	706.892,32	605.318,10	973.082,86	5.954,75	8.767.788,21	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		17.095.815,04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)		17.095.815,04
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		8.767.788,21
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		9.231.740,12
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		8.770.153,12
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		8.308.566,11

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

Tabela 1.1 -

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite> <Quadrimestre>			<Exercício do primeiro período seguinte> <Primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte> <Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)		(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Tabela 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

REF. - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 100

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Prezercher
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)				
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	-	-	-	-
Emprestimos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Reestruçuracão da Dívida do Município	-	-	-	-
Financiamentos	-	-	-	-
Internos	-	-	-	-
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	-	-	-	-
De Tributos	-	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-
De Demais Contribuições	-	-	-	-
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratadas	-	-	-	-
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)				
Disponibilidade de Caixa ¹	-	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	16.580.279,26	17.095.815,04		
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - % ²	19.896.335,14	20.514.978,05		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - % ³	17.906.701,62	18.463.480,24		

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Prezercher
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-	-
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	-	-	-	-
RP NÃO PROCESSADOS	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-	-
ARRESCALCULO DE RECURSOS JUDICIAIS - LC 151/2015	-	-	-	-

PONTE: Sistema ->Nome>, Unidade Responsável ->Nome>, Data da emissão ->dd/mm/aaaa> e hora de emissão ->hh e mm>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deverão ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha de "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Nota:

Tabela 2.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA											
-Exercício em que se excede o limite-		-Exercício do primeiro período seguinte-				-Exercício do segundo período seguinte-				-Exercício do terceiro período seguinte-	
1º Semestre		1º Período seguinte				2º Período seguinte				3º Período seguinte	
Limite Máximo	% DCL	% Excedente	Redutor mínimo de 25% do Excedente	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL	Redutor Residual	Limite	% DCL
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (b-25% c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (e)	(i)	(j) = (j-a)	(k) = (a)	(l)

Tabela 2.2

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO												
Exercício Financeiro	2011			2012			2013			2014		
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
% da DCL sobre a RCL												
% Limite de Endividamento												

PONTE: Sistema ->Nome>, Unidade Responsável ->Nome>, Data da emissão ->dd/mm/aaaa> e hora de emissão ->hh e mm>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (menos) nessa linha.

2. O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2011 deverá ser reduzido, no máximo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução

Nota:

Tabela 3 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas				0,00
Em Operações de Crédito Internas				0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)				0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Saldo do Exercício de 2018		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	Não Preencher
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas				0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas				0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)				0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:				0

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

Nota:

Tabela 4 - Demonstrativo das Operações de Crédito

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º Semestre de 2019

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 I (I)		
Externa	0,00	0,00
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 I (II)		
TOTAL (III)	-	-

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)		
OPERAÇÕES VEDADAS (V)		0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE(VI)= (IIIa + V - Ia - Iia)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	-	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	7,00%

<u>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal da Dívidas	-	-

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

Notas:

Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LUIZ ROCHA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 1º Semestre de 2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação							-		
Transferências do FUNDEB 60%							-		
Transferências do FUNDEB 40%							-		
Outros Recursos Destinados à Educação							-		
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde							-		
Outros Recursos Destinados à Saúde							-		
Recursos Destinados à Assistência Social							-		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário							-		
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro							-		
Recursos Destinados ao RGPS							-		
Recursos de Operações de Crédito (Exceto destinados à Educação e à Saúde)							-		
Recursos de Alienação de Bens/Ativos							-		
Outras Destinações Vinculadas de Recursos							-		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos Ordinários									
TOTAL (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>

Nota:

1. A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

OBSERVAÇÃO: PREENCHER ESTA PLANILHA SOMENTE NO 2º SEMESTRE

Tabela 5.2 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar dos Consórcios Públicos

GOVERNADOR LUIZ ROCHA - PODER EXECUTIVO

IDENTIFICAÇÃO DO CONSÓRCIO:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

1º Semestre de 2019

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "c")

RS 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (Pode apresentar saldo negativo)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores					Demais Obrigações Financeiras
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a) - (b + c + d + e) - (f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - Contrato de Rateio (I)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências do FUNDEB 60%	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências do FUNDEB 40%	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Destinados à Educação	-	-	-	-	-	-	-	-	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros Recursos Destinados à Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Destinados à Assistência Social	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Operações de Crédito (Exceto destinados à Educação e à Saúde)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Ordinários	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos Próprios dos Consórcios	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (IV) = (I) + (II) + (III)	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mm/aaaa> e hora de emissão <hh e mm>.

Nota: